

Geometria nos traçados urbanos de fundação portuguesa – o “Tratado da Ruação” de José Figueiredo Seixas
TRATADO DA RUAÇÃO – DO ASPECTO GRÁFICO E DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO TEXTO

TRATADO DA RUAÇÃO - DO ASPECTO GRÁFICO E DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO
TEXTO

Começa a ser tema de interrogação para alguns qual o futuro dos livros, agora que surgem as primeiras edições em suporte informático, os dicionários estão disponíveis “on-line”, e a internet é uma ferramenta de trabalho, embora para a maioria dos utilizadores essencialmente um meio de diversão. Pela nossa parte não temos dúvida de que os livros valem, passe o lugar comum, pelo que são. O toque do papel, o cheiro, constituem valores que estão muito para além do que está neles escrito e que nenhuma edição ou suporte informático, ou fotográfico pode representar ou substituir. A consulta de textos antigos acrescenta a emoção que o peso da história lhes confere.

Depois de uma pesquisa difícil nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa (a única referência à localização deste texto encontrava-se no texto de Rafael Moreira – “Uma utopia urbanística pombalina: O “Tratado da Ruação” de José Figueiredo Seixas”, e não passava de um lacónico - Biblioteca Nacional de Lisboa -, e encontrar a ficha do manuscrito na secção de reservados desta biblioteca não foi fácil porque se encontra arquivada em Figueiredo e não em Seixas como seria de esperar) e de ultrapassadas as barreiras da burocracia para chegarmos ao contacto com o texto original (o microfilme existente à disposição dos leitores encontra-se em péssimo estado sendo a leitura do texto impossível em muitas partes do mesmo), tocar a capa do pequeno caderno vermelho escuro com incrustações a dourado, percorrer-lhe as páginas amareladas manuscritas com tinta sépia com mais de duzentos e trinta anos de idade foi muito esclarecedor. E de facto os livros podem dizer-nos muito mais do que o que os caracteres neles desenhados podem indicar.

Vencido o esforço natural de decifração de uma caligrafia estranha, e a primeira característica a registar, e a que já fizemos referência ao longo deste trabalho, é a particular irregularidade da pena de Figueiredo Seixas, podemos observar e perceber claramente o cíclico desgaste da pena ao longo do texto. De páginas a páginas, a intervalos regulares, pressentimos o acto do afiar da pena, tornando-se o traço da caligrafia muito fininho, engrossando com o correr da tinta, para de novo se tornar fino e de novo grosso, num ritmo de escrita que percebemos sem confusão.

Estando em presença de uma obra dedicada a
Sebastião Jozé de Carvalho, e Melo
Conde de Oeyras, do Concelho de Sua Magestade, Senhor
Donatario da Villa do Pombal, e do Reguengo, e Direitos Reaes
de Oeyras, Commendador das Commendas de Saõ Miguel das
tres Ordens Militares, e Santa Maria da Matta de
Lobos, ambas da Ordem de Christo, e Secretario de Esta-
*do dos negocios do Reyno.*¹

(...)

a quem

Beija os pes de V. Exa.

*Este mais submissimo criado,*² (figura 76)

natural é que uma primeira análise concentre a nossa atenção no aspecto gráfico de um texto que se dedica a alguém com tanta honra.

Um primeiro comentário nesta fase prende-se com o facto de estarmos inequivocamente perante um manuscrito produzido, escrito, por uma só mão. A caligrafia irregular e muito particular do autor não levanta dúvidas a esse respeito. Trata-se de uma obra escrita na sua totalidade por uma mesma pessoa. Comparando as caligrafias deste tratado da ruação e da tradução da segunda parte do texto de Andreia Pozzo, a que nos referimos atrás neste trabalho³, não temos qualquer dúvida em afirmar que estamos perante a mesma pessoa, a mesma caligrafia, o mesmo tipo de traço.

Neste tema do aspecto gráfico, da aparência, do tipo de apresentação deste tratado, deparamos com uma primeira contradição das muitas que o texto nos levanta. A caligrafia de Figueiredo Seixas é manifestamente “má”, de difícil leitura, começando com algum cuidado, para logo depois parecer que o cansaço ganhou terreno à concentração, ou que as ideias escorregam mais rápido do que a pena no papel, e ficar gradualmente mais ilegível, com letras de maior dimensão e o número de borrões naturais da escrita a aumentarem. Qualquer pesquisa e consulta dos manuscritos existentes nas nossas bibliotecas e posterior comparação com o de Figueiredo Seixas pode atestar este aspecto particular da sua escrita. De um modo geral todos os manuscritos encontrados, desta data e mais antigos, são extremamente cuidados na sua apresentação bem como nas suas caligrafias, constituindo alguns verdadeiros tesouros da arte da escrita. Sem querermos citar exemplos mais elaborados, basta para tanto lembrar algumas obras apresentadas no Anexo I – Textos - deste trabalho, como por exemplo o *Artilheiro Portuguez*, de Jacob Samuel Schuler⁴, as obras anónimas *Architectura Militar*⁵ e *Libro primeiro da Geometria pratica*⁶, ou ainda o *Jornada pelo Tejo* de José Manuel de Carvalho e Negreiros⁷, para podermos constatar a diferença de aspecto gráfico, de cuidado na apresentação entre um manuscrito corrente na época e este *TRATADO DARUAÇÃO*. Curiosamente, mesmo a tradução da segunda parte do texto de Andreia Pozzo aparece com um aspecto muito mais cuidado do que este Tratado da Ruação, dedicado a tão ilustre governante a quem é suposto beijar os pés, sinal da mais completa submissão.

Figueiredo Seixas refere, ou faz supor, em diversos momentos, que o texto será para posterior acerto, e que, como tal, poderá considerar-se uma versão não definitiva. Apesar de dedicado a Sebastião José, logo na parte introdutória o autor é peremptório ao afirmar que o principal objectivo da obra seria o desta se constituir como documento com poder de Lei, após apreciação do Rei, facto que a remete para o estatuto de obra não acabada, teria de ser apreciada. Noutro local do texto acrescenta ainda que terá de ser aperfeiçoada por pessoa letrada, a propósito das compensações a atribuir nas trocas e acertos de terras. Parece-nos

pois, e nesse aspecto também não se levantam dúvidas, que estas considerações se referem aos conteúdos propriamente ditos do manuscrito, no caso a apreciação do Rei e a correcção de alguns aspectos que possam estar menos correctos por parte de pessoa mais entendida em matéria de compensações a dar aos proprietários de terras. No que diz respeito ao objecto em causa, ao texto que estamos a ler, ao exemplar do tratado da ruação que temos nas mãos, nada faz supor nem indicia tratar-se de uma versão não definitiva.

Temos pois que registar o mau aspecto geral da obra, mau aspecto esse que não se fica pela deficiente caligrafia do autor. Para além do tipo de caligrafia pouco cuidada, o texto encontra-se pejado de rasuras, não muito perceptíveis nas imagens que apresentamos, mas extremamente incisivas no original. Rasuras raspadas e escritas por cima, com o natural esfolamento do papel e consequente “espirrar” da tinta e em algumas situações pura e simplesmente partes do texto riscado, como se de um rascunho, um *borrador*, se trata-se de facto (figuras 77 a 110).

Analisando um pouco mais as rasuras constatamos que uma grande parte delas se situam ao nível das letras que se relacionam com as designações dos pontos, efectuadas por intermédio de letras, das imagens apresentadas, sugerindo quase a impressão de estas terem sido emendadas numa fase posterior à realização do texto inicial, por cima das antecedentes, acertando deste modo as referências às imagens que entretanto teriam sido realizadas. Suposições...

Se neste aspecto apenas poderemos fazer suposições, talvez infundadas e baseadas nalguma emotividade que uma análise cuidada deveria poder pôr totalmente de lado, não podemos deixar de assinalar duas situações bem visíveis e que nos fazem levantar a hipótese de uma certa precariedade, de um carácter não definitivo do manuscrito.

O primeiro prende-se com o facto de não existir, na primeira parte do Tratado um capítulo 36, e se verificar a existência de dois capítulos 37 seguidos (figuras 111 e 112). Um engano, sem dúvida. O segundo é o facto da numeração da segunda parte ter sido toda feita de novo por cima da original, que está ilegível ou irreconhecível. Esta segunda numeração aparece executada por cima da primeira, nuns pequenos pedaços de papel, colados nas folhas do tratado, com um rigor absoluto, procurando quase acertar o relevo do papel um com o outro, e nos quais o autor inscreveu a nova numeração. Nas imagens apresentadas este facto não é visível, sendo apenas perceptível a maior distância da numeração ao início do texto propriamente dito, em comparação com o verificado neste aspecto na primeira parte do tratado (figuras 113 a 116).

Ainda sobre este tema do aspecto gráfico dois outros pormenores que são dignos de referência. O primeiro prende-se com o problema sete do *Apendix* ao tratado, que tem início numa página e continuação na seguinte. A situação a registar é a de que na primeira página o

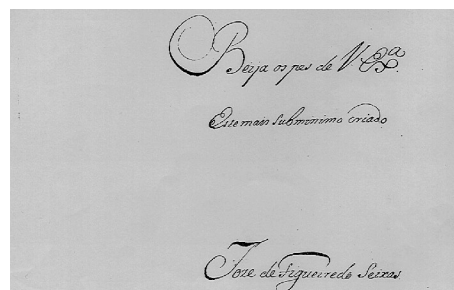


fig. 76 – Tratado da Ruação – folha 3

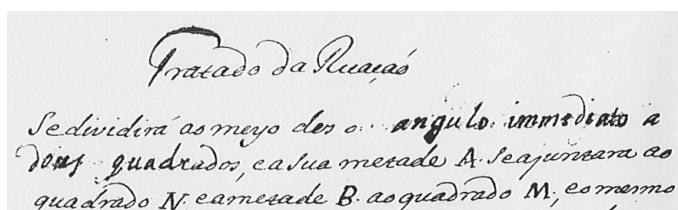


fig. 77 – Tratado da Ruação – folha 8

praças menores serão piremétricamente quatro, que devem ser fundadas nas suas diagonais O. X. no lugar dos triangulos de terra R, que sahẽm cada tres larguras de courelas de casas, Co

fig. 78 – Tratado da Ruação – folha 9

ra o pavimento das ruas e travessas. Vejame numero treze da segunda parte. **De sua forma:** as ruas serão geradas, e acomodadas para a gente, e para os carros andarem, sem se combaracarem, e de

fig. 79 – Tratado da Ruação – folha 10

no. 9. De algumas cidades mais antigas do mundo. He a de Babilonia Alberto a sua grandura. A cidade de Tebar da tinha de circunferencia 140. estadios: a de Memphis, 150, a de Babilonia 350.

fig. 80 – Tratado da Ruação – folha 11

combera a cidade, como cidade, que por si mesma
comprehenderia tal vos dentro em d. grandes
creas de terra, cercada como quintas, ou quintas
grandes cultivadas de lavoura, e plantadas de fructu-
feras, e fructiferas, que a fizessem crescer

fig. 81 – Tratado da Ruação – folha 12

de dos parrageiros o mesmo dejas belias, e tam-
pa. e he no angulo do quadrado do desenho no l.º
g.º **X**, e se orientará obliquamente, como se ma-
nifesta na figura 2. Exemplo 3.º as faces
das belias ficarem viradas p.º as faces quadradas

fig. 82 – Tratado da Ruação – folha 13

as para acesante do renzuros, e governo das ca-
rellas de carra, e a p.º dos edificios, e p.º dos
das calçadas; De esta forma o plano **ABC** bem
providado nella regularidade do quadrado **ABCD**
quintas, e p.º dos lavradores, serão regulares

fig. 83 – Tratado da Ruação – folha 13

o seu cumprimento são desiguales. Exemplo
na mancha são a que com duas das suas cabeças
fazem frente a duas diagonais **AC**, a qual tem
sobre ella hum angulo agudo que he **H**, e outro
obtusos, que he **I**, e os seus dois lados cumpridos

fig. 84 – Tratado da Ruação – folha 14

de ser, ou as ordenas que tenham alguns angu-
los retos, porque não ha como mais p.º que as ca-
das encostas ou lombadas. Porém a perfeição dos
chãos não pode ser senão o primeiro novo,
que começa do canto obtuso, e os mais chãos, sup-

fig. 85 – Tratado da Ruação – folha 14

ta cabeça de ourelha **C**, e cahe com sua linha de
o p.º do angulo obtuso para dentro da oure-
la, que seja perpendicular ao lado da sua diag-
nal, e nella dos dois p.ºs se p.º a medida que
he devida ao fundo, ou cumprimento do chão

fig. 86 – Tratado da Ruação – folha 14

e haos decaras, que respectas a esta cabeça de
 courche, tanto do que fazem frente a rua, como dos
 côrrentes sobre a diagonal. **OX**
 13. Nadi-
 viraes das courcheas de terra P. N. Estampa i. onde

fig. 87 – Tratado da Ruação – folha 15

graça pode continuar. o ceto lio por baixo das
 traves para fazer parcer abobada: e hum pel-
 mo e tres quartos de a traves, e o lio do
 sobrado de cima, e mais as chaticamentos, e fo-
 rro do ceto pela parte de baixo das traves, e

fig. 88 – Tratado da Ruação – folha 17

a che abaixo, e nda grar suas grades e corcheas pro-
 tigo com vidranas. Eu não duvido que as par-
 chas e raras fazem muita bearrria nas fachadas
 dos edificios, mas eam bem fazem muicadas,
 pesa nas grades de encosto sobre a sacada com

fig. 89 – Tratado da Ruação – folha 19

o caixilho das vidranas e corcheas, he corna a
 largura do portab, fca o vivo só de lio, e lio
 e o por pias que seia para caberem a par-
 duas pessoas, ainda que he não podem comer e
 e alguma d'outros caixilho, e em lugar de lio

fig. 90 – Tratado da Ruação – folha 19

eio se chamao eam bem suas principaes. as
 suas meno principaes são as que comecao com
 boca na sua diagonal. **OX** ou em alguma p'raça
 menor. Inda que eam bem vao determinar
 no lado do quadrado, e as, como as suas que me-

fig. 91 – Tratado da Ruação – folha 22

d'outro lio de continuar de fora a fora as suas
 e nraes, que são as diagonaes, que se tem do
 canto. **OX** e a que tem boca no
 e nraes do lado da p'raça, e a que e a forma
 e das as que entre eam duas suas, tem boca

fig. 92 – Tratado da Ruação – folha 25

o nível das águas de arroyos B. L. figura 6. Es-
tampa 2, e supponhamos que medindo-se
se achou que o ponto L, onde nasce a frente entre
o enxuro no cano geral, está mais baixo qua-
do em palmos, que são 32. polegadas, que o ponto
B. de arroyos

fig. 93 – Tratado da Ruação – folha 27

que o pavimento das ruas, para não se quebre
de idade, e largura de fezes por junto da grade
de, da parte de fora, e de dentro humo neta,
amada de canal, por onde ardores humidades
Remanece em dias abertos, e se levanta, com a

fig. 94 – Tratado da Ruação – folha 28

ve havendo distribuidas pelos bairros da cidade as
praças de luzes. No centro das praças as praças de tra-
ves de luzes, bem como as de arquitetura, por
comprimento da cidade, e terá seus tanques para
os animais beberem. Porém as fontes de abacia ba-

fig. 95 – Tratado da Ruação – folha 30

Seu dono tapar cada hum sobre ty, deixando es-
trada, ou caminho, não poderá comunicar com
bairros por grandes alças, por que por cima da
estrada, ou caminho, não deve haver mais, que
o céu; porque alem de fazerem as luzes, ou estrada

fig. 96 – Tratado da Ruação – folha 32

de. Tratado. E sobre todos os defeitos he a carencia
dos mantimentos, e outros generos necessarios, que se
o Reino se demanar todo, como logo diremos, se cerra-
rá juntamente com o danna, estradas, e se fará
previdencia em muita abundancia de frutos de seu

fig. 97 – Tratado da Ruação – folha 37

que causa a obliquidade se ha de levantar pelas
numeros de praças que pedir stado obliquo da espre-
lla, ou se ha de ser em grande parte obliquo, e per-
tando este nas courelas, que pede, adomanda de terra
que se achar, se ha de levantar as courelas, que tocam

fig. 98 – Tratado da Ruação – folha 41

Não expando alguns fundamentos, que se
 poderão aperceber, e por queira for lido, em
 ordem a que cada um não receba mais pre-
 juizo na transformação dos seus campos, e de-
 as decimas: De que se quer figurar, que seja, que

fig. 105 – Tratado da Ruação – folha 54

este quadrado sangulo recto BAC. se finca hua
 enxada redonda sobre a linha recta dadaja em
 B. A. no ponto, que houver, de ser o recto do angulo:
 que aqui he A. e nesta dita enxada se finca a segun-
 da argola, A. e então pela primeira B. se entende

fig. 106 – Tratado da Ruação – folha 64

o ponto B. distante tres braças, e para a outra
 banda, C. se faz o mesmo, e ficando agora nemes
 dos pontos hua enxada em cada hu, e nella se finca
 hua argola girera no ponto de hum dos pontos
 da outra enxada, a he C. se descreve hum arco

fig. 107 – Tratado da Ruação – folha 65

Appendix
 Do angulo se anique hum ponto B. distante
 tres braças, e para ~~o~~ se anique outro
 C. com a mesma distancia, e ficando dos estes pon-
 tos dois arcos, que se cruzam em D. como se segue

fig. 108 – Tratado da Ruação – folha 66

Appendix
~~Problema~~
 He de se o centro a hu quadrado gra-
 de sobre o terreno.

fig. 109 – Tratado da Ruação – folha 66

de ar, que quando o instrumento he de nivel apli-
 cado a hua legoa, para juntamente no ponto
 do meio letra E. porque não estando de nivel
 corre abola de ar para a parte, que levanta
 o canudo. Estes canudos são de diferentes gran-

fig. 110 – Tratado da Ruação – folha 67

Exemplar de os agredidos da idade e boa saúde.

37. Antes de se encantar qualquer casa nova, se ha de esperar tempo de poder ter a experiência da rua da ruação, e tambem se ha de medir,

fig. 111 – Tratado da Ruação – folha 31

Tratado da Ruação.

conter.

37. Quando algum dono for Senhor de duas courelas de terra, que estejam conjuntas,

fig. 112 – Tratado da Ruação – folha 32

em um quarto se elega de 67 a 70 $4\frac{1}{2}$ como já dicimos na Ep. n. 4.

13. A planta de lugar, que ocupa nos termos qualquer edifício, ou jardim, ou campo, ou casa, ou casa de muros, e de muros, e de muros,

fig. 113 – Tratado da Ruação – folha 44

Segunda parte

De 50. braças por quadrado de papel

18. Por

esta quarta planta se ha de fazer ademercação de modo, que se veja no edifício qual a

fig. 114 – Tratado da Ruação – folha 49

se ha de fazer ademercação, como se dice na parte 2. 29. 33.

20. Quando se descobrir algum terreno para levantar alguma edificação a parte da rua, e muros, e de muros, e de muros,

fig. 115 – Tratado da Ruação – folha 50

no oitavo bernada 25. qual se ha de fazer de ca-
ras, como se dice na Ep. n. 27.

21. Quando se descobrir algum terreno para levantar alguma edificação a parte da rua, e muros, e de muros, e de muros,

fig. 116 – Tratado da Ruação – folha 50

Primeira parte

da sala principal, não deixa de ser conveni-
ente em chãos, q' tenha pouco fundo, e tanta
largura, ou mais, que adentem nos q' que são
estas escadas formadas pela muralha de que são
barradas, e são muito usadas em Lisboa na
maior parte das casas, que se fazem para nego-
cio. Estas tais escadas Estampa 16; figura 3. Est. 2.
São o hum só tiro B, em cada hum andar, e lo- Fig. 3
go volta o hum corredor C para subir o segundo
tiro para o andar de cima, e logo se anda outro
corredor para subir ao terceiro, e assim dos mais,
que forem necessarios, e estes tiros de escadas ficam
humos por cima dos outros, e os corredores tam-
bem humos por cima dos outros, e as salas podem
ter as suas portas de entrada D nos patios, que
estão no principio, e no fim das escadas, e corredo-
res, e tanto estes como aquelles tem alus da
frente da luo, como deo esta.

16. O decotto
pelmos e tres quartas, que no numero 6. de
nos, havia de ser a altura de cada hum dos
andares das casas de hum pavimento ao
outro, cuja demonstração se vê, na Estampa Est. 2.
2. figura 8. Se distribuem desta forma: e crede Fig. 8
Se darão a altura da boca das portas da fa-
xada, aquem há de corresponder os mais, que
couber nellas, e para isso há de ser seio de her-
go, que he hua medida sufficiente para a or-
dinaria servidão das entradas, e para a aboca
das portas das janellas de pettoil acomodar

03

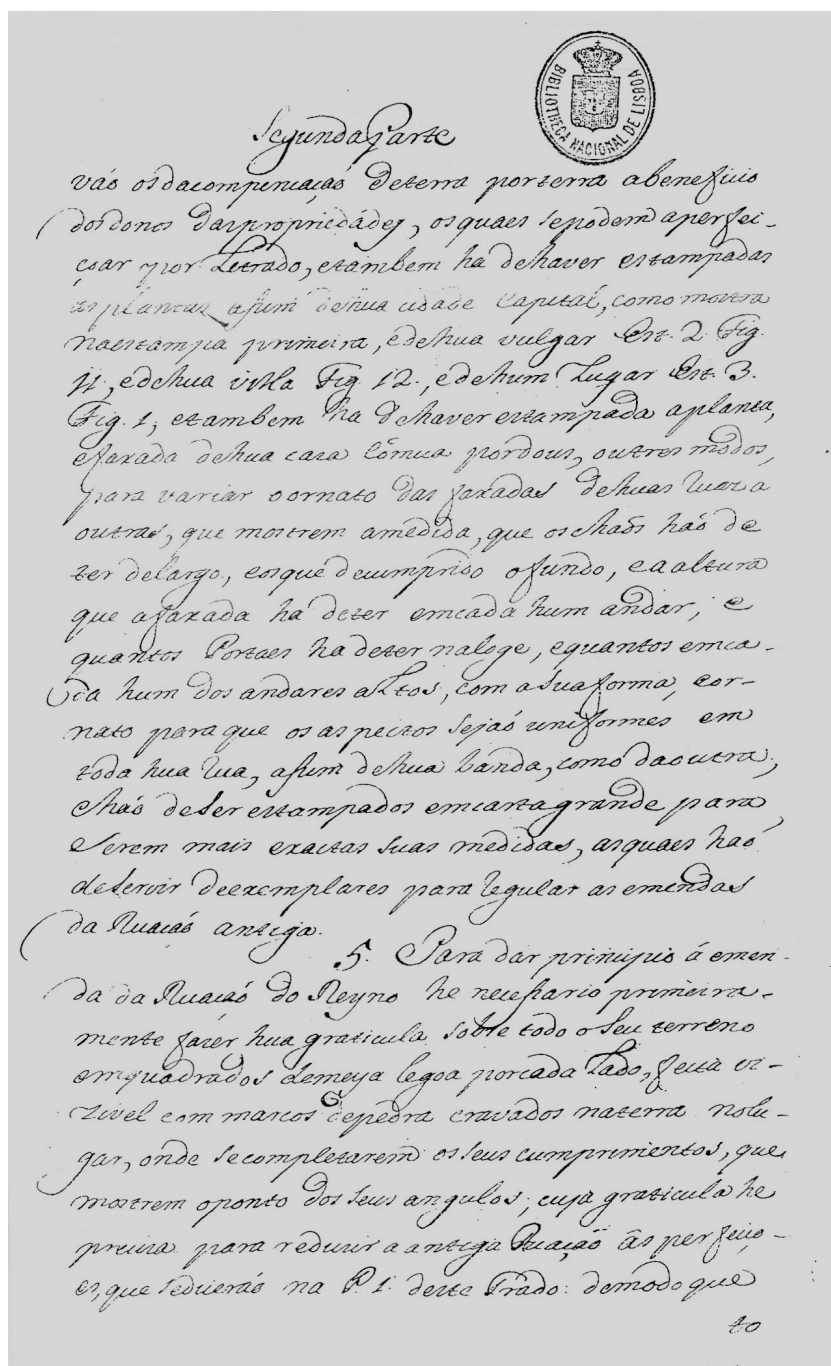


fig. 118 – Tratado da Ruação – folha 39

sete está escrito em numeração romana, *VII*, como estão aliás todos os outros, e na segunda página a numeração passa a árabe, *Problema 7*. Inconsistências, como inconsistência é também o facto de ao longo do tratado, quando se refere a uma determinada imagem complementar, e de acordo com o que é comum neste tipo de documentos, escrever numas situações a referência da imagem ao lado e exterior ao corpo principal do texto, como se de uma anotação, uma referência, se tratasse, e noutras situações tal notação não ocorrer, não se percebendo uma qualquer razão para o facto. (figuras 117 e 118)

Estas inconsistências, chamemos-lhe assim, fazem-nos lembrar o que já referimos a propósito da vida e obra de Figueiredo Seixas⁸, quando reparámos na forma diferenciada como ele próprio escreveu o seu nome, *Joze de Figueiredo Ceixas* e *Joseph de Figueyredo Seyxas*, respectivamente na página inicial da segunda parte, e na parte final da tradução que efectuou do tratado de Andrea Pozzo. Poderemos admitir que o facto tem que ver com uma personalidade muito particular do autor, com hábitos de escrita mais desplícetes... a verdade é que, embora não tenhamos efectuado uma análise tão atenta de outras obras similares, a generalidade dos manuscritos que fomos consultando não nos levantam estas questões formais.

Um último comentário à apresentação gráfica prende-se com a coincidência da apresentação das imagens dos traçados urbanos das povoações e da forma como elas aparecem configuradas. Figueiredo Seixas apresenta este tipo de imagens, desenhando somente $\frac{1}{4}$ do traçado, partindo do meio da praça principal da povoação, origem do traçado da mesma. Não poderíamos deixar de registar a coincidência⁹ com o que escreve a propósito do modo de pintura de abóbadas por quadriculação, na sua tradução do texto de Pozzo, a que também já nos referimos atrás¹⁰, e no qual defende que no caso do desenho da abóbada ser simétrica apenas seria, poupando desta forma imenso tempo e trabalho, necessário desenhar a imagem correspondente a $\frac{1}{4}$ da mesma.

Paralelamente com o aspecto gráfico a organização do texto foi o aspecto que nos preocupou em seguida. Para percebermos quais os assuntos referidos e qual a sequência efectuámos um resumo do texto que apresentamos no Anexo II a este trabalho, e que intitulámos de - organização e desenvolvimento do texto.

Conforme podemos constatar, o texto segue organizado com algum critério, do geral para o particular, da justificação do texto, para a divisão administrativa, desta para a organização das povoações, daqui para a forma de pôr em prática as ideias e desta para o pormenor. Esta situação pode observar-se tanto na primeira parte, como na segunda parte do Tratado.

Avançando um pouco mais podemos dizer que depois da identificação e dedicatória, o Prólogo resume as ideias gerais da obra e dá início à primeira parte do tratado que no seu primeiro

capítulo faz a justificação da obra. Os capítulos 2 e 3 tratam da organização geral do reino, o 4 esclarece a equivalência de unidades adoptada e, dos capítulos 5 ao 9 o tema é a cidade. Os capítulos 10 a 13 abordam a execução e algumas particularidades que possam ocorrer neste aspecto. Entre os capítulos 14 e 21 a ênfase é posta no edifício. Dos capítulos 22 ao 27 explica em maior detalhe as diferentes possibilidades para o traçado urbano e em particular as praças, para logo se referir ao modo de fazer nos dois seguintes. Deste ponto até ao final da primeira parte (ponto 38) as considerações são de ordem infra-estrutural e do conforto da cidade.

A segunda parte tem início com o elogio e enunciação dos princípios apresentados na primeira parte (capítulo 1) complementada no 2 com os defeitos mais correntes nas povoações do reino. Dos capítulos 2 ao 11 apresenta a forma de actuação para corrigir os defeitos encontrados e implantar as ideias defendidas na primeira parte. Os seguintes (12 ao 21) são reservados a indicações de maior pormenor em termos de execução e modo de actuar, com referências ao tipo de peças desenhadas utilizadas ou recomendadas e modo de actuação no terreno. Dos capítulos 21 ao 25 apresenta soluções mais pragmáticas de resolução pontual dos defeitos das povoações, para do seguinte até ao final da segunda parte (capítulo 33) se referir ao problema da divisão de terrenos e compensação de proprietários.

O *Apendix* apresenta a resolução de uma série de problemas que se levantam ao longo do texto e que têm a ver com a execução no terreno das ideias defendidas ao longo do tratado.

No meio de uma organização geral do texto adequada e sequencial, de pontos ou capítulos, como lhe quisermos chamar que encerram dentro de si os assuntos abordados, um exemplo de pormenor, no caso o nome a dar às ruas, encaixa sem grande oportunidade e sem sequência ao longo do texto. A propósito da inclinação a conferir às ruas, na primeira parte, capítulo 30, refere que as ruas deveriam ter nomes diferentes a cada cruzamento. Mais à frente no capítulo 1 da segunda parte complementa esta informação dizendo que as ruas deveriam estar organizadas por ofícios, mas sem referenciar o que já tinha dito atrás sobre este aspecto nem dar sequência ao raciocínio. Um pormenor sem grande significado, mas que se junta às observações que temos estado a efectuar neste capítulo sobre a apresentação e organização do texto.

Sem entrar na análise dos conteúdos propriamente ditos, temos que referir uma outra situação algo confusa. Na página 21, capítulo 20, podemos ler: *Alargura do chaõ de 25 palmos de largo Estampa 2 figura 6 he devido dois portaes, de Seis palmos cada hum* (figura 119); observada a figura 6 da estampa 2 (figura 120), a situação ilustrada é de 3 portais por cada chão, o que não está de acordo com o texto. Na mesma estampa podemos observar as figuras 4 e 5, nas quais se encontram de facto representados os dois portais defendidos no texto. Um novo engano, ou uma das muitas correcções que efectuou ao texto ao nível das referências às imagens e que conduziram à maior parte das rasuras encontradas, que não foi executada, são hipóteses que

Primeira parte
 utilidade para habitações dos criados.

Do. Alar.
 gura do chão de 25 palmos de largo. Exemplo Et. 2.
 A figura 6. he devida dos portões, de seis palmos Fig. 6.
 de largo cada hum, que he a mais comua, e comoda
 proporção para arcadas ordinarias, como ja dice-
 mo, e cada a sua das suas ombreiras, de 6 hum
 palmo de alto, e tres palmos de largo da alvenaria
 entre portal, e portal, e seis palmos a cada
 hum dos pilares, dos cunhaes de seus voamentos
 de mulluras altas, baixas, e hum de largo entre
 ovis do pilar, e a ombreira do portal, e assim fi-
 cao distribuidos os 25 palmos da largura do chão.

fig. 119 – Tratado da Ruação – folha 21

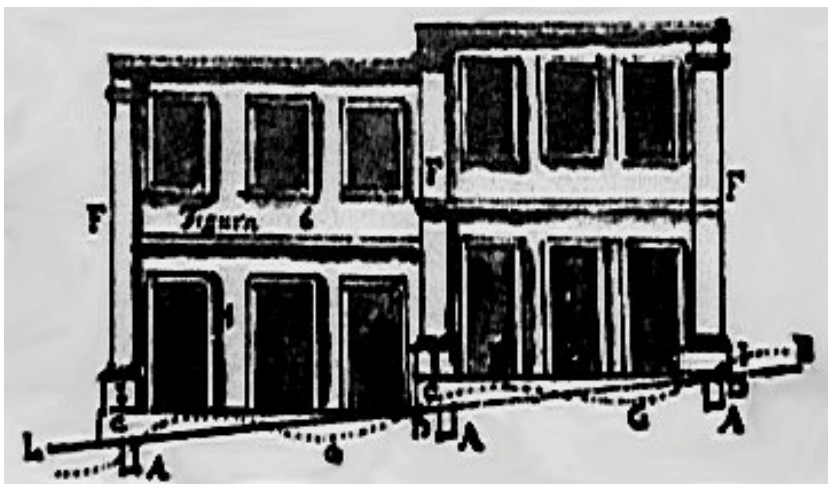


fig. 120 – Tratado da Ruação – estampa 2; figura 6

se podem levantar quando pensamos na origem destes pequenos malentendidos de pormenor que começam a inquietar o leitor.

Sobre este tema apenas queremos deixar mais uma nota que se prende com a data da realização do tratado. Estando dedicado a *Sebastião Jozé de Carvalho e Melo Conde de Oeyras*, o texto terá sido escrito entre os anos de 1759 a 1770, datas da nomeação de Sebastião José, respectivamente Conde de Oeiras e Marquez de Pombal. No prólogo Figueiredo Seixas elogia a política e as obras do Conde de Oeiras na capital, referindo a largueza de ruas, e a uniformidade e qualidade geral do traçado. Paradoxalmente, todas as descrições do andamento dos trabalhos, bem documentadas por José Augusto França¹¹, indicam que até 1772 apenas alguns edifícios estavam construídos e as obras estavam a ser produzidas a um ritmo muito lento, estando ainda bem patentes os estragos ocasionados pelo terramoto, não sendo portanto possível nesta data ter já uma imagem tão consistente da cidade elogiada por Figueiredo Seixas. Sem querer dar muita importância a esta aparente contradição, o conhecimento da futura malha lisboeta poderá ter ocorrido por outro meio que não o contacto directo com a realidade, antes com o projecto, ou a ênfase neste aspecto pode aparecer pela motivação de elogiar o Marquês de Pombal, estamos convencidos que este relato empolado por parte do autor do Tratado da Ruação, não se pode considerar uma inconsistência como as que fomos referindo, mas mais não significa do que o reforço do elogio a quem queria impressionar.

Do que referimos e como conclusão, podemos talvez considerar que, no que diz respeito ao aspecto gráfico e a alguns aspectos da organização do texto e da explicação das ideias, o texto deste interessante e quase misterioso manuscrito foi produzido por uma só pessoa, identificada claramente e sem equívocos e está organizado de modo criterioso e sequencial. O seu aspecto pouco cuidado, as rasuras, as emendas efectuadas e outras que terão provavelmente ficado por executar, fazem crer não estar ainda esta obra em condições de entregar a *Sebastião Jozé de Carvalho e Melo*, especialmente se este é alguém a quem se *Beija os pes de V. Exa*. Independentemente dos conteúdos, no que diz respeito ao objecto em causa, este manuscrito, não nos parece que tenha alguma vez chegado às mãos de Pombal, estando talvez assim justificado o desconhecimento em que caiu até ao seu providencial “descobrimento” por Rafael Moreira.

NOTAS

¹ Tratado da Ruação – página inicial

² Tratado da Ruação – página 3

³ Ver capítulo 05 – José de Figueiredo Seixas, Vida e Obra

⁴ UCBG (Cod. 549; Cod. 550; Cod. 551)

⁵ BN - Manuscrito com letra do século XVIII (PBA 114 – F 5763)

⁶ UCBG (Cod. 66)

⁷ BA (cota 54-V-28, fl 215)

⁸ Ver capítulo José de Figueiredo Seixas - Vida e Obra

⁹ a que Rafael Moreira também já se referiu no seu texto “Uma utopia urbanística pombalina; O “Tratado de Ruação” de José Figueiredo Seixas”

¹⁰ Ver capítulo José de Figueiredo Seixas - Vida e Obra

¹¹ França, José Augusto – Lisboa pombalina e o iluminismo, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977